

## SUMÁRIO

Prefácio à 5ª edição .....	9
Prefácio à 3ª edição .....	15
Prefácio à 1ª edição .....	21
Preâmbulo .....	25

### PRIMEIRA PARTE

#### A NORMA JURÍDICA – ALGUNS CONCEITOS DE TEORIA GERAL DO DIREITO, 31

1. Observação preliminar .....	32
2. Traço característico e essência do Direito .....	32
3. O conceito de norma jurídica e as proposições prescritivas de Norberto Bobbio .....	35
4. Sistema jurídico e sistema normativo do Direito .....	39
5. A fórmula de enunciação do Direito e a classificação das normas jurídicas em primárias e secundárias, de acordo com a doutrina de Kelsen .....	41
6. Outros critérios que inspiram a mesma classificação .....	46
7. A endonorma e a perinorma da doutrina egológica de Carlos Cossio .....	48
8. A estrutura da norma jurídica: hipótese e consequência .....	50

9. A função dos juízos categóricos no sistema jurídico .....	56
10. O surgimento de relação jurídica como consequência da imputação normativa .....	58
11. Direitos e deveres sem relação jurídica e a lição de Santi Romano .....	61
12. Direito subjetivo e dever jurídico .....	64
13. A criação dos direitos subjetivos e dos deveres jurídicos .....	66
14. A unidade científica do Direito .....	74

## SEGUNDA PARTE

### APLICAÇÃO DOS CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA TEORIA GERAL DO DIREITO AO ESTUDO DO DIREITO TRIBUTÁRIO, 77

1. Introdução .....	78
2. Direito Tributário – dificuldades no seu conceito .....	79
3. A noção de Tributo. Considerações gerais .....	86
4. Críticas ao conceito vigente de tributo .....	102
5. Tributo – sua configuração estática .....	108
6. Estranho rumo da doutrina do Direito Tributário .....	110
7. Os supostos das endonormas tributárias – dificuldades terminológicas – sua verdadeira dimensão .....	117

8. Integridade conceptual .....	124
9. Os critérios da “hipótese tributária” – critério material .....	125
10. Os critérios da “hipótese tributária” – o critério espacial .....	131
11. Os critérios da “hipótese tributária” – o critério temporal .....	135
11.a. A classificação dos “fatos geradores” na conformidade do critério temporal da hipótese tributária .....	137
11.b. Classificação jurídica com base no critério temporal das “hipóteses tributárias” .....	142
12. Considerações finais sobre as hipóteses das endonormas tributárias .....	144
13. A consequência das endonormas tributárias .....	150
13.a. A relação jurídica tributária como relação de natureza obrigacional .....	152
13.b. Importância da teoria dualista no estudo não só dos vínculos obrigacionais, como de todas as relações jurídicas .....	159
14. A consequência das endonormas tributárias – seus critérios .....	162
15. Os critérios da consequência das endonormas tributárias – o critério pessoal .....	163
15.a. O critério pessoal – sujeito ativo .....	165

15.b. O critério pessoal – sujeito passivo .....	167
16. Os critérios da consequência das endonormas tributárias –	
o critério quantitativo .....	171
16.a. O critério quantitativo –	
base de cálculo .....	174
16.a.1. A base de cálculo como medida da materialidade do fato jurídico tributário .....	176
16.a.2. A base de cálculo como elemento determinante do verdadeiro critério material da hipótese tributária .....	178
16.b. O critério quantitativo – alíquota .....	179
17. Considerações acerca de uma classificação jurídico-científica dos tributos .....	180
18. A classificação dos tributos em vinculados (a uma atuação estatal) e não-vinculados .....	184

## CONCLUSÕES, 189

Primeira Parte .....	190
Segunda Parte .....	192
Bibliografia .....	197